

SESSÕES DO PLENÁRIO

6ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 12 de fevereiro de 2014.

PRESIDENTE: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (55)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Deputada Maria Luiza, comunicando sua ausência da sessão no dia 06/02/2014, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Com a Casa lotada neste momento, Capitão Tadeu, por 5 minutos o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Agradeço e saúdo tão honrosa plateia. Estou nervoso diante de tantos colegas deputados aqui presentes na assistência e todos que nos ouvem e nos assistem. Não sei se os 5 minutos que tenho à disposição serão suficientes para tratarmos de dois assuntos que considero interessantes para contribuir com o debate, próprio desta Casa.

Um deles trata da desocupação, nobre presidente, da favelinha. Esse tema chamou a atenção desta Casa pois é um tema emblemático e se refere a pessoas que, por falta de oportunidades, estão tomando lugares que, supostamente, são considerados lugares públicos. E tem uma pérola que trago aqui, uma entrevista que foi dada ao *Bahia Notícias* pelo Silvio Pinheiro, que tem a responsabilidade de gerenciar a Sucom. Diz:

(Lê) “A derrubada, Sr. Presidente, tem que ser feita com inteligência. Não podemos alardear pois as pessoas se revoltam, se organizam e complicam a operação. Precisamos de sigilo.”

Ora, o poder público, Capitão Tadeu, tomando essas atitudes furtivas, como se o objeto da ação do poder público fosse direcionado para pessoas que estão lá, e me parece que esse é um processo típico de higienização de locais públicos.

(Lê) “A legislação municipal permite a demolição sumária.” É verdade, não tem dúvida. As famílias que perderam seus equipamentos em locais de trabalho não devem ser ressarcidas pela prefeitura e nem colocadas em outro local para exercer sua atividade. É com essa parte que não podemos concordar. São pessoas.

É preciso observar que tem um outro processo que queremos que contribua para o debate. Em torno de, 70 a 80%, Sr. Presidente, do PIB da capital do Estado da Bahia é composto pela venda de serviços e pelo comércio. Os imóveis comerciais tiveram um aumento terrível a partir da renovação da planta de valores para atualização que, de fato, há muito tempo estão desregrados e fora daquilo que pode se aproximar do valor venal.

Mas não podemos trazer esse valor presente da maneira como foi feita. Lá na frente, o efeito bumerangue retorna. Por que? Aparentemente estamos diante do imposto progressivo, que sempre foi uma bandeira do Partido dos Trabalhadores, mas agora está sendo feita às avessas. Como?

Na matriz de custos e despesas da prestação de serviços e do comércio, isso será pago por alguém, e não será pelos comerciantes ou prestadores de serviços; será pelos consumidores. A inflação, a partir de 70 a 80% daquilo que é o PIB da capital, Salvador, será repassada para o dia a dia, para o cotidiano do consumo. E isso significará, de maneira nua e crua, uma grande escalada inflacionária na capital, Salvador, que nem de longe tem a matriz do assalariado de São Paulo, de onde veio o secretário da Fazenda e de onde ele trouxe essa experiência. Portanto, eu apenas estou

chamando a atenção para essas duas situações, porque não tenho dúvida de que isso repercutirá lá na frente. E o custo da inflação, normalmente, é dividido de uma maneira não igualitária, ficando o peso maior para aquelas pessoas que estão na base da pirâmide social.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Capitão Tadeu pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, povo baiano, queria, hoje, me reportar à morte do jornalista que recebeu um foguete na cabeça e, infelizmente, faleceu. Quero lamentar esse ocorrido, mas queria tirar algumas lições desse episódio.

Primeiro, quero destacar que aquele foguete era direcionado aos policiais militares. Coisa que a imprensa não registrou! Eles atentaram contra a vida dos policiais militares, mas, como estava na linha de tiro, o jornalista foi atingido fatalmente. Aqueles manifestantes atiraram para policiais militares, que são cidadãos e pais de família. A intenção era de matar policiais militares, e isso não foi registrado pela imprensa.

Segundo, que a própria imprensa começou a divulgar, num primeiro momento, que foram policiais militares que tinham atirado. Eles não tiveram nenhum cuidado de averiguar de onde havia partido aquele disparo. Isso é ruim para a sociedade, porque gera uma imagem de truculência e de violência da Polícia Militar acima do que é o justo. Existem, sim, atos de violência por parte de policiais; existem, sim, erros de policiais, mas a imprensa tem tornado isso uma fórmula muito maior do que na verdade é. Isso é ruim para a sociedade, porque, quando os policiais são criticados publicamente de uma forma injusta, problemas sociais são criados no seio da família e do bairro. Eles passam a ter dificuldade de convivência por conta dessa imagem que a imprensa veicula dos policiais.

Precisamos fazer uma reflexão sobre o papel da imprensa, para ter cuidado com o que é divulgado. Primeiro, não foi o policial que atirou aquele torpedo; segundo, aquele torpedo era direcionado para matar policiais militares.

Aí fica um questionamento que a sociedade precisa responder. A sociedade tem de decidir o que quer. Ela quer que a polícia se omita e deixe as coisas acontecerem, ou quer que a Polícia Militar aja? Caso a sociedade queira que a Polícia Militar aja para evitar esse tipo de coisa com cidadãos de bem, como o jornalista, qual o modelo de ação que se espera diante de pessoas que usam torpedos como aquele?

Um coronel da Polícia Militar de São Paulo tentou dialogar com os manifestantes. Ele foi lá desarmado para dialogar, mas foi espancado barbaramente. Então, a sociedade precisa responder: qual a Polícia Militar que ela quer? Qual é a sociedade que ela quer? Como a polícia tem de agir nas manifestações? Ela deixa matar inocentes, deixa tocar fogo no patrimônio privado, ou ela age? E agindo, como deve agir diante de pessoas armadas? É com diálogo? Então, essa questão tem de ser discutida na sociedade com muita propriedade, para que as pessoas não fiquem

fazendo críticas sem apresentar soluções, sem apresentar propostas.

Então, Sr. Presidente, era esse o registro que eu queria fazer: lamentar a morte do jornalista, mas chamar a sociedade para uma reflexão sobre o que o policial enfrenta nas ruas quando encontra esses tipos de manifestantes que agem com violência.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Colega Capitão Tadeu, tenho feito vários pronunciamentos nesta Casa a respeito da situação preocupante por que o nosso País passa. Acredito que o Brasil chegou a um estágio e agora, porque não aproveitamos as oportunidades, iniciou a rota contrária, começou a regredir.

Mas não seria diferente, nobre presidente Capitão Tadeu, com a política. Claro que toda regra tem exceção, e isso ocorre em nosso País, onde a maioria dos homens públicos que têm o poder de fazer as leis, ou de aplicá-las, está preocupada apenas com as eleições. E todos os dias o Brasil assiste atônito a esse festival de violência, no trânsito, no dia a dia, e a impunidade.

V.Ex^a falou aqui, há pouco, que a repercussão do crime ocorreu porque foi com um jornalista, mas era dirigida a um policial. Ninguém é favorável à violência. Tenho certeza de que todos nós gostaríamos de viver em um País igual a outros que já alcançaram um grau de segurança, onde pudéssemos criar nossos filhos com tranquilidade, pudéssemos andar com tranquilidade, coisa que está difícil e longe de acontecer no Brasil.

Às vezes, vemos as televisões, Capitão Tadeu, massacrarem os policiais que vão combater, na minha visão – sem preconceito algum –, malandros, vagabundos que se juntam à maioria dos manifestantes, que são pessoas honestas e estão apenas exercitando o seu direito de reivindicar, de pedir, de mostrar o que está errado, que é um direito democrático.

Tenho certeza de que nenhum de nós, brasileiros, é contra as manifestações, mas sempre seremos contra, principalmente eu, a malandragem, aqueles que se juntam, mascarados, para agredir, matando pais de família, jornalistas, policiais. E, às vezes, quando o policial levanta o cassetete, a imprensa, as televisões o mostram como se fosse um monstro.

Já perguntei aqui, desta tribuna: como a sociedade e a imprensa querem que o policial se comporte no meio de milhares de vândalos – misturados à maioria, composta por pessoas de bem – jogando pedra, pau, vidro, bombas? É dando ramalhetes de rosas?

Eu sempre disse que este País, Capitão Tadeu, não precisa inventar nada. É só copiar o que deu certo nos países civilizados, mas adaptando às nossas características, deputado Tom.

Todos sabemos que nos países onde os direitos humanos são respeitados, onde

a democracia é plena, como a Inglaterra e a França, o direito de se manifestar, de reivindicar é sagrado. Mas tem de avisar o dia, a hora e o local. E lá, se não obedecer, a polícia usa a força que for, contra quem for. A lei tem de ser obedecida.

À medida em que as leis são desprezadas como neste País... Aliás, isso não é de se admirar.

Observem, vi, hoje, nos jornais brasileiros, que todas as ações do ministro Ricardo Lewandowski, atuando na qualidade de presidente da Suprema Corte deste País durante os últimos dias, foram revogadas. Veja, Capitão Tadeu, o ministro-presidente Joaquim Barbosa estava de férias e o ministro Ricardo Lewandowski ficou no lugar do presidente do STF. Então, todas as decisões proferidas pelo ministro Ricardo Lewandowski foram revogadas pelo ministro Joaquim Barbosa ao retornar de suas férias.

Quer dizer, ninguém respeita. Qual a sensação que se passa, principalmente, na Suprema Corte? Isto aconteceu na Suprema Corte deste País. Então, é uma situação preocupante em nosso País não só na área do Poder Judiciário, mas em todas as áreas.

A inflação está voltando. Temos, aí, os nossos vizinhos argentinos que, por decisões populistas, a presidente Cristina Kirchner só pensa em eleição. Ela já botou os argentinos mais no fundo do poço.

Dizem, aí, que o Brasil que fazia parte do BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – estão querendo tirar o B, porque, dentre os países emergentes, se o Brasil continuar como vai, este País não mais fará parte desse grupo.

Então, esta é uma situação que nos preocupa como político e, acima de tudo, nos preocupa como cidadãos que vivem na Bahia, neste Brasil. Temos uma população tão boa. Deus foi tão generoso conosco, pois, aqui, não existem maremoto, tufões ou terremotos. Mas, em compensação, temos, aí, homens públicos que não têm coragem, pelo menos até hoje, de fazer o que eles sabem o que precisa ser feito. Mas, talvez, tais políticos não fazem pensando nas eleições e nos votos.

Infelizmente, este é o retrato nu e cru da situação por que o País passa neste momento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Com a palavra, pelo tempo de até 10 minutos, o deputado Carlos Geilson.

(O Sr. Adolfo Menezes assoma à Presidência dos Trabalhos.)

O Sr. CARLOS GEILSON:- Deputado e presidente desta sessão ordinária Adolfo Menezes, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Fátima Nunes, agradeço ao meu querido deputado Capitão Tadeu a gentileza de ter destinado 10 minutos para a minha fala. (Risos) Mas Adolfo já cortou 5 minutos. (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pelo Regimento, V.Ex^a direito a 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, li, com muita preocupação, o que disse, na imprensa, o assessor da presidência do Esporte Clube Bahia, o publicitário, Sidônio Palmeira. Ele acusou setores da imprensa esportiva de

nosso Estado de receberem jabá. Jabá é o pagamento por fora que os profissionais da comunicação recebem; não é a publicidade oficial. É a publicidade por fora. O Sr. Sidônio Plameira não citou os nomes de quem recebeu por tais pagamentos.

Exijo, também como cronista que sou, embora licenciado, que o publicitário Sidônio Plameira apresente os nomes dos integrantes da *Crônica Esportiva da Bahia*, “jabazeiros”, que viviam pongados e mamando nas tetas do Esporte Clube Bahia. Sidônio Plameira generalizou o assunto. Ele tinha e tem a obrigação de apontar os nomes.

A imprensa da Bahia tem alavancado este esporte e tem, através das vacas magras, carregado nas costas o futebol, especialmente os clubes de massa. E, agora, esta imprensa é generalizada, acusada de “jabazeira”.

Fazer publicidade é normal. Hoje os espaços nas emissoras de rádio e principalmente de televisão são caros. Porém ter uma publicidade é normal. O que é que tem de anormal? Quando ele acusa o profissional de “jabazeiro”, significa que é o que recebe por fora para dengar o presidente, levantar a bola de jogadores que pertencem a empresários que têm esquema dentro dos clubes, mas esse acusador não aponta, meu caro Capitão Tadeu, quem são esses “jabazeiros” da imprensa.

E o presidente da ABCD, Associação Bahiana dos Cronistas Desportivos, o advogado e radialista Márcio Martins, tem de exigir que os nomes sejam divulgados para que todos nós tomemos conhecimento. Aquele que tiver o seu nome divulgado, se não conseguir provar, que seja acionado e levado às barras da Justiça. Não pode ser de outro modo, ainda mais partindo de um publicitário, um homem que conhece os mecanismos e os meios de comunicação por dentro e por fora. Talvez levante essa bola porque deve ter “jabazeiros” nas contas da Secretaria de Comunicação do governo do Estado ou na sua agência de publicidade.

Mas é um fato grave essa acusação, porque é muito fácil você generalizar. Todas as profissões têm profissionais que não condizem com a ética da profissão que exercem. E todas as profissões na crônica esportiva não têm? Claro que têm, mas nós queremos que ele aponte esses nomes para que não generalize. É uma geleia geral. Todo mundo é “jabazeiro”? E o que esses profissionais fizeram e têm feito por esse esporte? O Bahia esteve na terceira divisão, o Vitória também já. Mas profissionais viajaram quilômetros e quilômetros em voo rasteiro para fazer as coberturas ficando hospedados em pensões, passando por dificuldades nos momentos mais críticos. Mas estiveram ao lado do esporte baiano levantando-lhe a bola. Só que agora são generalizados, jogados na vala comum e chamados de “jabazeiros”.

Portanto, seu Sidônio Plameira, aponte os nomes desses maus profissionais e diga quem é quem na imprensa esportiva da Bahia. A ABCD tem de acioná-lo para que divulgue esses nomes. Na crônica esportiva nós temos quantos profissionais respeitosos, dignos, sérios e honrados que não merecem uma acusação destas, tão leviana e estúpida?! Mais uma vez a nossa reivindicação: o acusador diga quem são os “jabazeiros” da imprensa deste Estado na crônica esportiva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Elmar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, estarecido ouvi o pronunciamento do deputado Joseildo Ramos. E quem assiste a um discurso daqueles, vindo de um parlamentar do PT, só pode chegar à conclusão que o PT é um partido oligofrênico, porque em São Paulo pensa de um jeito e, aqui, é completamente diferente. Eu podia responder ao discurso com uma entrevista concedida, ontem, numa coletiva pelo prefeito do PT de São Paulo Fernando Haddad, falando da elite paulista. É estranho assistirmos ao PT defender aqui a elite baiana. Estranho se não olhássemos a história desse partido que, no governo federal, beneficiou mais do que ninguém os grandes empreiteiros deste País e os grandes banqueiros. É só quem pode estar satisfeitos com a administração de 12 anos do PT, um partido que não teve a coragem, e teve todas as condições legitimadas pelas urnas, de fazer uma reforma tributária decente no Congresso Nacional. E hoje critica uma reforma tributária do município de Salvador, que faz o que eles deveriam ter feito no Congresso Nacional tirar do rico para dar ao pobre.

É estranho ver o Partido dos Trabalhadores assumir esse tipo, o que já mostra que historicamente eles foram assim: contra a Constituição, contra o governo de Itamar Franco quando Collor caiu, contra o Plano Real... Tudo contra coisa decente que já aconteceu neste País porque não veio deles. E quando se tem notícia da capital de Salvador, o prefeito ACM Neto que pega o município totalmente acabado e começa a melhorá-lo a olhos vistos, o Partido dos Trabalhadores tem que ficar contra!

O que eu não sabia, deputado Carlos Geilson, é que pesquisa doía tanto. O PT não consegue absorver que o prefeito ACM Neto é o melhor prefeito do Brasil, avaliado pelos soteropolitanos. O PT não consegue absorver que tem o segundo pior governador do Brasil em todas as pesquisas de opinião que fizeram até hoje. O governador Wagner...

O Sr. Capitão Tadeu:- Mas que doeu no meu bolso, doeu!

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- O Capitão Tadeu fala do IPTU. Tem razão. Sabe o que acontece? Nós vivemos num País de brincadeira, da sonegação fiscal. O sujeito compra um terreno, deputado Carlos Geilson, por R\$ 10 milhões, declara R\$ 500 mil e paga sobre o valor de R\$ 500 mil, sonegando imposto. Ele tem é que se dar por satisfeito, por não tomar uma autuação e responder até a processo, porque declarava lá no cartório e pagava por fora. É assim que procediam os empresários desta cidade, que tratavam da especulação imobiliária. Compravam por 20 vezes o valor de imóvel e declaravam 5% do valor venal para poderem pagar o imposto, sonegando, cometendo um crime contra a cidade.

Não houve aumento de imposto. O que houve foi a correção do valor real. Por falar em imposto, eu lhes pergunto o que é mais justo: um imóvel de 400 metros quadrados que paga R\$ 2 mil de imposto mas que vale R\$ 2 milhões ou um veículo de R\$ 100 mil que paga R\$ 2 mil de IPVA e que para andar numa pista que preste tem que ser rodovia pedagiada?

O que incomoda o PT que é contra tudo... Eu repito: foi contra a Constituição, contra o governo Itamar, contra o Plano Real, contra a Lei de Responsabilidade Fiscal e contra tudo de bom que aconteceu neste País. O PT é um partido que não teve coragem de fazer a reforma tributária até hoje, é o partido do caixa 2 e da sonegação fiscal que está com todos os seus chefes na cadeia, na Papuda, e quer que o País continue esse País do caixa 2, do faz de conta, do sujeito declarar um imóvel no valor de R\$ 1 milhão quando vale R\$ 10 milhões. É isso que eles querem! Mas Salvador, graças a Deus, tem agora um prefeito que vai botar a casa em ordem e trabalhar, e é um trabalho que incomoda a eles.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, os deputados Fátima Nunes e, logo após, Marcelino Galo.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, Imprensa, Taquigrafia, presentes neste Plenário, internautas, os amigos e as amigas, hoje, visitaram o meu gabinete. Eles fazem parte do Movimento Social Via do Trabalho. A presidente do PT de Acajutiba e tantos outros companheiros vêm a Salvador para encontros nas secretarias e passam nos gabinetes dos deputados para saudar, cumprimentar e, também, para buscar apoio para os seus trabalhos políticos.

Quero, nesta tarde, convidar a Imprensa e os deputados, que puderem se fazer presentes, para comparecem a um ato público no município de Curaçá. Temos isso organizado pelos próprios moradores das agrovilas e, também, pelo Polo Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Este será um grande ato público de luta, cuja palavra de ordem é a revogação do convênio que o prefeito municipal assinou com a CHESF. Este convênio traz sérios danos para a vida dos moradores. Por quê? Desde que aquelas famílias foram reassentadas nas agrovilas, a CHESF, que construiu barragens e que produz energia nas diversas barragens do rio São Francisco, ficou com uma dívida social para com as pessoas reassentadas.

Algumas, por algum tempo, receberam um benefício. Mas o compromisso seria reassentar essas famílias em novas áreas, destinar a todos os equipamentos para a irrigação e, ainda, haveria uma área de cerqueiro até que eles pudessem continuar e se estabelecer produzindo, sendo os seus empreendedores da agricultura familiar e da produção daquele sertão.

Assim, eles aproveitariam aquela grande riqueza do rio São Francisco, pois tal riqueza serve, atualmente, em Juazeiro, para os exportadores de uva e para todos os outros citricultores de outras regiões englobando o povo da soja.

Portanto, toda aquela riqueza do rio São Francisco não pode servir, apenas, aos grandes ou aos que têm capital. Tal riqueza precisa, exatamente, ser redistribuída para fortalecer e sustentar os nossos sertanejos que conviviam, ali, de forma bastante artesanal. E, hoje, ao receber as suas glebas com a irrigação, essas famílias precisam se readaptar e se aperfeiçoar.

Portanto as agrovilas, até o presente momento, sempre, foram geridas com o

abastecimento de água e vale dizer que de água bruta, porque nenhuma das agrovilas, até hoje, recebe água tratada. É a mesma adutora que leva água para o canal da irrigação, apenas faz uma distribuição nas agrovilas. Então, é o abastecimento de água gerido pela instituição CHESF.

Também, há toda a questão da parte da saúde englobando o atendimento médico com suas viagens e a qualidade precária das estradas. Vejam, por se tratar de um perímetro irrigado, naturalmente, são necessárias as várias vias de acesso que interligam as agrovilas à via principal da BR-116 para que os agricultores familiares possam ter condições de escoar a sua produção, fazer chegar aos grandes centros e gerar a economia.

Todos os prefeitos, que passaram por lá até hoje, sempre foram tensionados pela Cerb a receber a gestão destas três ações: saúde, distribuição da água e estradas. Tais ações ficariam sob a responsabilidade do município. Os prefeitos sempre analisaram a impossibilidade pelo peso, pelo custo e nunca as aceitaram. No entanto, os prefeitos sempre fizeram isso dialogando com os reassentados, os sindicatos e a Câmara de Vereadores.

E o atual prefeito chegou a uma atitude impensada, digamos, à escusa da própria sociedade que sofre ainda os efeitos desses transtornos e desses reassentamentos, fez essa assinatura na calada da noite. E, hoje, o prejuízo está lá para os reassentados.

De modo que nós estamos indignados e protestando contra tal acerto.

Fui e sou representante daquela região tanto pela luta como pelos votos que, de lá, recebi. Estarei, lá, amanhã, junto com os reassentados convidando a CHESF, o Tribunal de Contas e todos os órgãos do governo do Estado para discutir conosco e fazer com que aquele prefeito volte atrás naquela assinatura insana que prejudica a vida das pessoas.

Muito obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, nobres deputados, companheiros servidores, servidoras, Srs. das Galerias, senhores e senhoras que nos ouvem através da *TV Assembleia*, hoje pela manhã, na Secretaria de Direitos Humanos, realizamos uma reunião conjunta de todas as Comissões da Verdade do Estado da Bahia. Ali esteve presente Joviniano Neto, coordenador da Comissão Estadual, o jornalista Walter Pinheiro, presidente da ABI, e outras personalidades.

A Comissão da Verdade da Escola de Direito da UFBA também participou do evento, em que se discutiu, se fez uma avaliação do que foi feito até então, além duma pauta conjunta para este ano, a qual é importante para a história porque no próximo dia 1º de abril se realizará o cinquentenário da ditadura militar neste País e vai haver uma série de atividades no sentido de rememorar.

O 13 de março de 1964 foi igualmente um dos dias mais importantes para a história deste País, pois se realizou no Rio de Janeiro o Comício dos 100 mil, aquele das reformas de base que acelerou o golpe militar, o qual na verdade ocorreu em 1º de abril, mas foi antecipado propositalmente de forma mentirosa para 31 de março, porque os militares e aqueles outros que apoiaram o golpe não queriam que ele coincidissem com aquele dia, que é mundialmente o Dia da Mentira. Então ele ocorreu exatamente no dia universal da mentira.

Então aprovamos também na Comissão daqui uma sessão solene para este próximo 13 de março, quando realizaremos nesta Casa a devolução simbólica de todos os mandatos que foram cassados naquele período. Já fizemos as oitivas de quatro deputados que ainda estão vivos, e os familiares dos outros que já faleceram deverão participar também desse evento, que vai ser muito importante para este Legislativo e a sociedade. Inclusive deveremos ter aqui o jornalista Sebastião Nery, que será o orador representando todos os treze deputados que foram cassados.

Mas estamos com uma certa dificuldade de encontrar os familiares desses deputados que já faleceram. Então teremos de ter um edital público que circule na imprensa estadual para que possamos convidar esses parentes a participar desta sessão solene, que sem dúvida nenhuma será histórica para o nosso Estado não só pela devolução dos mandatos, como também pela reparação e homenagem que iremos fazer a todos esses parlamentares que, com certeza, deram a vida na construção duma sociedade democrática e mais justa. Portanto, receberão esta justa homenagem do Poder Legislativo da Bahia.

Também estamos em fase de colaboração no relatório da Comissão da Verdade. Ali, fizemos as correções que foram possíveis de serem incorporadas, recontamos esse período e fizemos uma série de recomendações que deverão ser realizadas para demolir e retirar da história o que ainda resta da ditadura.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido deputado Adolfo Menezes, quero dizer que recebi diversas ligações da nossa região, tanto de Itapetinga, quanto da região de Buerarema, com relação aos acontecimentos de ontem. Eles receberam como uma boa notícia a ida do governador Jaques Wagner ao Ministério da Justiça, no sentido da intervenção definitiva com o poder de polícia, inclusive por meio da Força Nacional, na área de Buerarema, de Una e daquela região.

Ontem, estive com o secretário Maurício Barbosa e ele garantiu que as ocupações, que acontecem em Itapetinga, fora da área de conflito e de qualquer discussão de reserva indígena, serão tratadas como invasões sob jurisdição da Polícia Militar e da Polícia Civil. Sendo assim, sem dúvida alguma, tenho a convicção de que

isso minimiza os problemas na região. Espero que, rapidamente, todos tenham as suas propriedades reintegradas, para dar continuidade ao progresso daquela região.

Aproveito esse ensejo, Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a procedesse a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Atendendo à solicitação do Líder Rosemberg Pinto, vemos, claramente, nesta quarta-feira, a presença de oito deputados no Plenário, quais sejam: Rosemberg Pinto, Elmar Nascimento, Paulo Câmera, Sidelvan Nóbrega, Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Marcelino Galo e Fátima Nunes. Portanto, não havendo número suficiente para a continuidade da sessão, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*